



O FEMININO DA CAFEICULTURA DO SUL DE MINAS NA AGRICULTURA FAMILIAR E NA “PANHA” DO CAFÉ¹

Ana Rute do Vale²
Glauce Raimundo³
Tamyris Maria Moreira da Costa⁴

RESUMO

As discussões a respeito do papel feminino nas atividades agrícolas veem se destacando na geografia brasileira, o que tem contribuído para o avanço de pesquisas a respeito das relações de gênero no meio rural. No caso da mesorregião Sul/Sudoeste de Minas, onde predomina a cafeicultura, o trabalho das mulheres destaca-se de modo mais enfático nas unidades de produção familiar, embora sua função seja mais considerada como “ajuda” do que protagonista, e como trabalhadoras rurais, sobretudo na época da colheita, as chamadas “apanhadoras de café”, cujos direitos trabalhistas nem sempre se igualam aos dos homens que, muitas vezes, são empreiteiros que as contratam. Nesse sentido, esse trabalho se propôs a compreender a situação das mulheres na cafeicultura do Sul de Minas, tanto no caso daquelas pertencentes à agricultura familiar, que vivem e trabalham na propriedade da família, quanto daquelas que são trabalhadoras contratadas durante a colheita do café e vivem na cidade. Os procedimentos metodológicos utilizados para realiza-lo foram, além do embasamento teórico, o levantamento de dados secundários, utilizando como fonte o site do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e dados primários, por meio de entrevistas que foram realizadas com 15 agricultoras familiares de Alfenas-MG e Muzambinho-MG produtoras de café convencional associadas à COOXUPÉ (Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé LTDA), com 15 agricultoras familiares de Poço Fundo-MG produtoras de café orgânico e associadas à COOPFAM (Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região) e com 20 mulheres “apanhadoras de café” de Divisa Nova-MG. A pesquisa demonstrou que, apesar de se observar alguns avanços no que se refere às mulheres da agricultura familiar, sobretudo naquelas que se dedicam à cafeicultura orgânica, por conta de serem associadas a uma cooperativa que busca valorizar a família como um todo e os avanços trabalhistas, no caso das “apanhadoras de café”, a equidade de gênero para mulheres na cafeicultura do Sul de Minas está muito longe de ser concretizada, uma vez que a elas ainda cabe um papel secundário com relação homens.

Palavras-chave: trabalho feminino; agricultura familiar; cafeicultura.

RESUMEN

Las discusiones sobre el papel de la mujer en las actividades agrícolas se han destacado en la geografía brasileña, lo que ha contribuido al avance de la investigación sobre las relaciones de género en las zonas rurales. En el caso de la región sur / suroeste de Minas, donde predomina el cultivo del café, el

¹ Esse trabalho é resultado de duas pesquisas. A primeira diz respeito ao projeto “Agricultura familiar e questão de gênero no Sul de Minas: uma comparação entre cafeicultura convencional e orgânica” financiada pela FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais), por meio do edital Demanda Universal (01/2016). A segunda é fruto de um projeto de iniciação científica (PIBIC/FAPEMIG), denominado “Geografia agrária e gênero: um estudo sobre o papel das mulheres colhedoras de café em Divisa Nova-MG” (Edital 021/2015).

² Docente do Curso de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG, ana.vale@unifal-mg.edu.br;

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG, glauce.raimundo@sou.unifal-mg.edu.br (bolsista FAPEMIG);

⁴ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG, tamyris.costa@sou.unifal-mg.edu.br (bolsista CAPES).



trabajo de las mujeres se destaca de manera más enfática en las unidades de producción familiar, aunque su función es más considerada de “ayuda” que de protagonista, y como trabajadoras rurales, especialmente en época de cosecha, los llamados “recolectores de café”, cuyos derechos laborales no siempre son iguales a los de los hombres que suelen ser contratistas que los contratan. En este sentido, este trabajo tuvo como objetivo comprender la situación de las mujeres cafeteras en el sur de Minas Gerais, tanto en el caso de las pertenecientes a la agricultura familiar, que viven y trabajan en la propiedad familiar, como las que son contratadas. trabajadores durante la cosecha del café y viven en la ciudad. Los procedimientos metodológicos utilizados para llevarlo a cabo fueron, además de la base teórica, la recolección de datos secundarios, utilizando el sitio web del IBGE (Instituto Brasileño de Geografía y Estadística) como fuente y datos primarios, a través de entrevistas que se realizaron con 15 mujeres agricultoras familiares de los productores de café convencional Alfenas-MG y Muzambinho-MG asociados a COOXUPÉ (Cooperativa Regional de Cafeteros en Guaxupé LTDA), con 15 agricultores familiares de Poço Fundo-MG, productores de café orgánico y asociados a COOPFAM (Cooperativa de Agricultores Familiares) en Poço Fund y Región) y con 20 mujeres “recolectoras de café” de Divisa Nova-MG. La investigación mostró que, a pesar de que se observan algunos avances con respecto a las mujeres en la agricultura familiar, especialmente aquellas que se dedican al cultivo de café orgánico, por estar asociadas a una cooperativa que busca valorar a la familia en su conjunto y los avances laborales, en el En el caso de los “recolectores de café”, la igualdad de género para las mujeres en el cultivo de café en el sur de Minas está lejos de lograrse, ya que aún tienen un rol secundario en relación con los hombres.

Palabras clave: trabajo femenino; Agricultura familiar; cultivo de café.

INTRODUÇÃO

Estudos geográficos sobre a espacialização da cafeicultura no Sul de Minas têm possibilitado uma maior compreensão sobre a importância econômica dessa atividade agrícola para a região (já que o café é uma das principais *commodities* brasileiras) e também sobre como os atores sociais (homens e mulheres) estão inseridos nessa cadeia produtiva, enquanto produtores e trabalhadores, nem sempre “visíveis” para o agronegócio.

Na cafeicultura sul-mineira, a situação feminina é ainda mais complexa, considerando que, geralmente, no espaço rural o poder do patriarcado permanece atuante, sendo ainda maior do que no espaço urbano. Quando se trata de seu papel no âmbito da agricultura familiar, nem sempre sua voz é ouvida, no que se refere à tomada de decisões sobre as atividades ditas produtivas, como é o caso da produção de café, nas quais é sempre a figura masculina que se sobressai - pais, maridos, irmãos ou até mesmo filhos mais velhos -, restando à mulher as chamadas atividades reprodutivas, relacionadas aos cuidados com a casa, quintais e família - crianças e idosos, principalmente.

No entanto, além dessas atribuições, essas mulheres também trabalham no roçado, mas seu esforço permanece sendo considerado apenas como “ajuda”. No caso das trabalhadoras rurais que se dedicam à colheita, as denominadas “apanhadoras de café”, se, por um lado,



recebem um salário individualmente por quantidade colhida, nem sempre seus direitos trabalhistas se igualam aos dos homens que, inclusive são os empreiteiros que as contratam. Além do trabalho penoso nos cafezais, quando chegam em casa, são responsáveis pelos afazeres domésticos e cuidado com os filhos. Mesmo sendo residentes urbanas, muitas dessas mulheres permanecem nessa atividade, sobretudo por conta da baixa escolaridade e da falta de oportunidade de emprego, principalmente, em cidades pequenas.

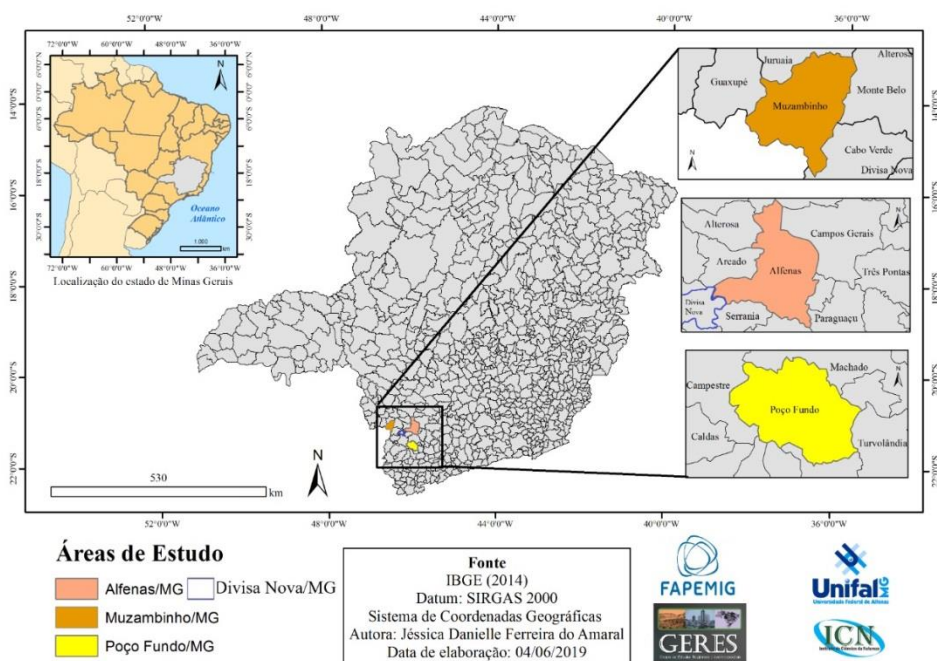
Dessa forma, esse trabalho se propôs a compreender a situação das mulheres na cafeicultura do Sul de Minas, tanto no caso daquelas pertencentes à agricultura familiar, que vivem e trabalham na propriedade da família, quanto daquelas que são trabalhadoras contratadas durante a colheita do café e vivem na cidade.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desse trabalho recorreu-se à revisão teórico-conceitual sobre a temática e levantamento, sistematização e análise de informações de fontes secundárias, por meio de dados dos sites do IBGE e primárias, a partir da realização de entrevistas com roteiros pré-estabelecidos com mulheres pertencentes à agricultura familiar produtora de café, em 2017, e com trabalhadoras sazonais, mas conhecidas como “apanhadoras de café”, e também com e com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Divisa Nova, em 2016. No primeiro grupo, foram entrevistadas 30 mulheres, sendo divididas igualmente em número, de acordo com os dois tipos de sistemas de produção diferentes: 1) café convencional, composto por famílias associadas à COOXUPÉ, nos municípios de Muzambinho-MG e de Alfenas-MG e; 2) café orgânico, composto por famílias associadas à COOPFAM, no município de Poço Fundo-MG. No grupo das “apanhadoras de café, foram entrevistadas 20 mulheres residentes na cidade de Divisa Nova-MG, mas que trabalham nos cafezais desse e de outros municípios da região. Para melhor ilustrar a área de estudo dessa pesquisa, apresenta-se o mapa 1 que mostra a localização desses municípios no Estado de Minas Gerais e na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas.



Mapa 1- Localização geográfica dos municípios de Alfenas, Muzambinho e Poço Fundo no Estado de Minas Gerais.



REFERENCIAL TEÓRICO

A produção de café no Brasil se insere ao contexto do agronegócio mundial, sendo que a maior concentração espacial dessa produção encontra-se na região Sudeste e, em especial, no estado de Minas Gerais, que representa praticamente 50% da produção nacional, dos quais quase 24% estão na mesorregião Sul de Minas (ALVES, 2019). A base técnica e social do desenvolvimento do café na região se constituiu a partir de “numerosas e pequenas explorações familiares, fomentando uma economia local ativa, marcada pela multiplicação de agentes econômicos interligados (comerciantes, cooperativas, empresas de insumos) e a existência de um mercado de trabalho particularmente dinâmico” (SILVEIRA e MARQUES, 2009, p. 232-233).

A agricultura familiar presente nesse trabalho se refere a aquela que

constitui-se de uma família que trabalha em atividades agrícolas sob um pedaço de terra, em geral não muito grande, e nem sempre de sua propriedade legal. Este regime de trabalho em economia familiar gera uma produção agroalimentar que é utilizada para o auto abastecimento (autoconsumo) mas também (e cada vez mais) para a comercialização (SCHNEIDER E CASSOL, 2017, p. 91).



De acordo com Ferreira, Hespanhol e Salamoni (2016) com o aprofundamento do capitalismo no campo a partir dos anos 1960, o processo de modernização da agricultura e a reestruturação produtiva exerceram forte influência, direta e indireta, nas dinâmicas dos espaços rurais e na forma de produção dos agricultores e de sua inserção nos mercados. As autoras reforçam que a agricultura familiar tem enfrentado dificuldades frente ao crescimento da monocultura baseada na lógica de mercado.

Nas áreas de expansão dos monocultivos, particularmente aqueles voltados para a exportação, quase não existe a mobilidade de recursos econômicos e articulação social que possam engendrar outras possibilidades de desenvolvimento para a agricultura familiar. Essa constatação evidencia que a reduzida diversificação em certos territórios deve-se a dominância da produção especializada em grande escala, a qual desarticula ou torna fragilizadas as formas da agricultura familiar. Esta última, responsável por sistemas poliprodutivos que garantem os níveis de emprego e renda no campo (FERREIRA; HESPANHOL; SALAMONI, 2016, p. 36).

Esse é o caso da mesorregião Sul/Sudoeste de Minas, cuja inserção no mercado competitivo do agronegócio do café se relaciona diretamente à modernização do processo produtivo dessa atividade agrícola, pois as parcerias realizadas entre produtores e empresas fornecedoras de insumos (nutrientes, fertilizantes e adubos para o solo) propiciaram o aumento de áreas para plantio e formação de lavouras de café na região (VALE, CALDERARO e FAGUNDES, 2012).

Alves (2019) explica que a ocupação de extensas e contínuas áreas de café na região e sua inclusão no mercado nacional e mundial também podem ser justificadas por três fatores: a) pelo aumento da procura dessa mercadoria no comércio mundial que incentiva as regiões produtoras de café a aumentarem suas áreas de produção para uma maior produção; b) pelo arrendamento e venda de terras da agricultura familiar para o agronegócio e c) pela ação de cooperativas para a monopolização do território.

Sobre as cooperativas, ressalta-se que responsáveis por boa parte da comercialização do café no Sul de Minas, destacando-se entre as que compram os grãos produzidos no sistema convencional a COOXUPÉ, operando em mercados internacionais de *commodities*, tendo aproximadamente 14 mil cooperados de mais de 200 municípios de Minas Gerais e São Paulo. Ela foi primeira cooperativa brasileira de café, iniciando como uma cooperativa de créditos (1932), passando a ser uma cooperativa de produção (desde 1957), atua também no mercado interno com marca própria. Sua sede está no município de Guaxupé-MG, onde a produção de seus cooperados é armazenada e uma central de insumos agrícolas adquiridos por



eles, via crédito da própria COOXUPÉ e que são distribuídos para as 22 unidades avançadas, sendo 20 delas distribuídas entre as mesorregiões Sul/Sudoeste de Minas, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Oeste de Minas e 2 unidades no estado de São Paulo (COOXUPÉ, 2021). Em geral, o cooperado é o chefe da família, que recebe pela venda e que decide o destino do dinheiro, sem que mulheres e filhos tenham direito à parte deles, mesmo que tenham trabalhado em conjunto (VALE et al, 2019).

No que se refere às cooperativas que comercializam café orgânico, a única no Sul de Minas é a COOPFAM, sediada em Poço Fundo-MG, atuando junto a cerca de 164 famílias, que adotam práticas sustentáveis na produção cafeeira e são certificadas como orgânicas e cuja produção é comercializada nos mercados nacional e internacional. A partir da criação MOBI (Mulheres Organizadas Buscando Independência), uma parceria entre a cooperativa e o Instituto Federal do Sul de Minas – Campus Machado, que passaram oferecer cursos sobre técnicas de produção, não apenas de café, mas também de flores e confecção de artesanatos. Dessa iniciativa surge o “café feminino”, que vem contribuindo para a valorização do trabalho delas, ao transformá-las em cooperadas individuais, ou seja, em uma área na propriedade familiar separada cultivam e recebem pela sua produção, separadamente. Surgiu daí a marca de café “Familiar da Terra – Orgânico feminino”. Todavia, vale ressaltar que essa política da cooperativa tem como pano de fundo sua certificação Fair Trade (comércio Justo), que tem como uma de suas exigências a equidade de gênero (VALE et al, 2019).

A cafeicultura na região ocupa uma elevada densidade de trabalho manual no cultivo de grãos, devido aos relevos acidentados que impossibilitam que cafeicultores utilizam uma agricultura mecanizada em suas lavouras. As contratações de trabalhadores na cafeicultura no Sul/Sudoeste de Minas costumam ocorrer no período da safra, sobretudo, na colheita do café (VILELA; RUFINO, 2010).

Portanto, a colheita é a fase do processo produtivo que gera mais empregos nos cafezais. Todavia, como a remuneração por esse tipo de trabalho é feita por produção, ou seja, a partir da quantidade de café colhido, ela torna-se nociva pelo fato de transferir ao trabalhador o controle de sua produção que se relaciona ao seu ganho. Sendo assim, quanto mais baixo for o salário do apanhador, maior será o incentivo à produção. Tal forma de pagamento pode contribuir para o desgaste físico dos trabalhadores envolvidos, assim como o aparecimento de diversas doenças físicas (COALIZÃO DO CAFÉ et al, 2014), tanto para homens como para as mulheres. Aliás, vale lembra que, elas “não se constituem uma força secundária no mercado de trabalho”, apesar da “suposição de que o trabalho feminino



complementa o masculino tem servido para estruturar e reproduzir as diferenças entre homens e mulheres na vida e no mercado de trabalho rural” (SOUZA E FREITAS, 2015, p.14).

No caso dos grupos familiares na agricultura, é bastante comum que a mulher mantenha ainda um papel secundário na produção, sobretudo no que se refere à tomada de decisões no âmbito da propriedade rural. Na verdade, existe a divisão sexual (e por idade) do trabalho na agricultura familiar que acaba se tornando naturalizada, uma vez que essa é a forma pela qual esses agricultores, que trabalham a terra por conta própria, permitindo a combinação entre disponibilidade de trabalho da família e as exigências das diferentes etapas do ciclo de produção agrícola. Nessa divisão, os homens se responsabilizam pelo processo produtivo, ou seja, tudo o que se associa ao mercado (agricultura, pecuária), enquanto que às mulheres cabe o trabalho reprodutivo, não relacionado à produção de mercadorias, como “o trabalho doméstico, o cuidado da horta e dos pequenos animais, tudo o que é feito para uso e consumo próprio, sem contar a reprodução da própria família pelo nascimento e cuidado dos herdeiros”. Traduz-se na oposição roçado e casa (NOBRE, 1998, p.2).

No entanto, as mulheres também trabalham no roçado, como é o caso da agricultura familiar produtora de café no Sul de Minas. Tal produção familiar tem origem no sistema de colonato, o qual substituiu o escravocrata nos cafezais paulistas e, em menor ocorrência, em Minas Gerais, em meados do século XIX, um período sob o qual imigrantes trabalhavam em terra de fazendeiros, juntamente com a sua família (MARTINS, 1979). Mulheres e crianças (5 a 6 anos) participavam de todas as atividades, sobretudo na colheita de café. Nesse processo, “o chefe da família mobilizava, alocava e coordenava a força de trabalho e isso gerava uma divisão sexual do trabalho e um comportamento reprodutivo característico” (ROSSINI, 1993, p. 1 apud STOLCKE, 1986).

Os integrantes da família trabalhavam em troca de sustento e moradia. O homem, visto como figura patriarcal, era o responsável pelo recebimento e administração do salário ou ganho recebido. As mulheres eram apenas consideradas como ajudantes incumbidas de prestarem cuidados ligados à lavoura e terras doadas pelos fazendeiros e de atividades domésticas (MARTINS, 1979). As tarefas desempenhadas por mulheres rurais (como o cuidado com a casa, idosos e crianças) eram consideradas como “leves”. As atividades “masculinas” só poderiam ser realizadas por elas na ausência de um homem para efetuar-las (BOMBARDI, 2004).

Quando o colonato dá lugar ao trabalho assalariado individualizado, as mulheres passam a ter a oportunidade de receberem por seu trabalho. No entanto, o núcleo familiar ainda é importante porque a soma dos salários de seus membros mantém a reprodução social



da mesma, sobretudo, quando são ainda residentes das propriedades nas quais trabalham. A situação começa a se modificar quando esses trabalhadores migram para a cidade, tornando-se volantes ou boias frias, contratados individualmente e sazonalmente que, na cafeicultura, representa o período da colheita (OSAKABE, 2005). Nessa transição, o trabalho feminino que antes estava subordinado ao marido ou pai, passa a sê-lo diretamente ao capital, aumentando a necessidade “de conciliação entre trabalho produtivo e trabalho doméstico” (DIAS, 1981, p.36), o que significou “um aumento da responsabilidade provedora dos filhos e da economia familiar”, ao invés de lhe conferir “autonomia e igualdade” (SOUZA e FREITAS, 2015, p.12).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No sentido de compreender a dinâmica da mulher na unidade de produção familiar, são apresentados, primeiramente, os resultados das entrevistas com as mulheres da agricultura familiar produtora de café convencional (Alfenas e Muzambinho) e orgânico (Poço Fundo). Todas as entrevistadas eram casadas, mães de 2 filhos, em média, e a maioria tendo filha mulher (80% no café convencional e 60% no orgânico).

As entrevistas foram realizadas nas propriedades rurais nas quais elas residem, desde que se casaram, uma vez que na maior parte delas, esses imóveis foram herdados pelo marido (60% no convencional e 66,7% no orgânico) logo, a mulher, ao se casar, em geral, tende a viver onde o marido determina. No entanto, no caso do café convencional, 2 mulheres, que são irmãs, receberam as terras da propriedade onde residem pela herança dos pais e dessa forma, os homens que acompanharam as esposas quando se casaram. A herança e compra também apareceram mais nesse sistema de produção, mas a parte da herança veio da família do marido, que comprou mais terra. Também teve um caso em que a unidade de produção familiar se originou a partir da junção das terras herdadas, tanto pela mulher quanto pelo marido, provavelmente, de propriedades rurais vizinhas. Por outro lado, no caso do café orgânico, uma das propriedades que tem como condição a de ocupante/cessionário, a terra foi cedida pelo pai do marido para que o casal e seus filhos pudessem viver e produzir e uma outra que foi adquirida pela compra.

As mulheres do café convencional são mais velhas (93% tem entre 40 e 59 anos) que as do café orgânico (80% tem entre 30 e 49 anos). Essa diferença se explica pelo fato de que o sistema orgânico foi adotado mais recentemente no Sul de Minas e vem atraindo cafeicultores mais jovens do que o sistema convencional, que por ser tradicional, vai passando de geração



em geração. Esses dados podem explicar o baixo nível de escolaridade dessas mulheres, em ambos os sistemas de produção, considerando que elas se casaram muito jovens, portanto, deixaram os estudos para cuidar da família e da propriedade rural. Praticamente, metade delas concluiu apenas o ensino fundamental I: 46,6% mulheres no café convencional e 53,2% no orgânico. Aquelas que concluíram o ensino médio, respondem a 33,3% são do café convencional e 26,7% do café orgânico. Apenas uma mulher, em cada uma das categorias concluiu o ensino superior, sendo que a pertencente ao café convencional cursou administração de empresas, mas nunca atuou na área, por conta da doença de sua mãe e do casamento, que a levou a residir na zona rural. Já a representante do café orgânico cursou pedagogia e já exerceu a função por determinado tempo, mas, no momento da entrevista estava apenas nos afazeres domésticos e, principalmente, nos cuidados de sua filha de 8 meses. Nessa categoria, também teve uma entrevistada que iniciou um curso superior em vigilância sanitária, quando morava numa cidade no interior de São Paulo, mas não deu continuidade nos estudos.

Os motivos relatados por não terem prosseguido nos estudos se assemelham, tanto nas mulheres do café convencional quanto no orgânico, dentre eles: falta de transporte escolar, na época, para estudar na cidade, uma vez que as escolas rurais ofereciam apenas até o ensino fundamental; dificuldades financeiras para famílias numerosas; e necessidade de auxiliar os pais nas atividades agrícolas.

Neste sentido, a maioria das mulheres disse que gostaria de ter tido oportunidade de continuar os estudos, mas além dos problemas relatados anteriormente, casaram-se muito jovens e seguiram o marido na vida do campo, logo, tiveram filhos e deixaram para trás o sonho, como podemos ver na fala de uma das mulheres do café convencional: “Mas eu gostaria de ter estudando mais porque eu gosto, assim, de ler e estudando a gente tem mais conhecimento, né? Eu sabia que eu não ia sair daqui, mas estudar eu acho que nunca é perdido, então sempre quanto mais a gente aprende é melhor! [...] agora já passou da hora!” (ENTREVISTADA 12). O mesmo caso esta na fala das mulheres do café orgânico: “Sim! Por falta de um curso na área que eu desejava que era na área agrícola e o curso que tinha quando eu estudava era muito longe e ficava difícil deu abandonar a família né, acabei desistindo” (ENTREVISTADA 19).

A vista de tanto trabalho e abdicação dos estudos, quando questionadas se estas mulheres consideram que seu trabalho na unidade de produção familiar é valorizado, todas da cafeicultura convencional responderam que sim, tanto pelos seus maridos quanto pelos filhos,



sobretudo, porque acreditam que sem o trabalho delas, a casa e a família não seria tão bem cuidada. Lembrando que elas também atuam nas atividades agrícolas.

Eu considero que sim (*que é valorizada*). Aqui todo mundo fala: a mãe que decide. E eles sabem que eu faço muita coisa, então muitas vezes eles vem perguntar se eu preciso de ajuda, porque eu gosto de fazer quitandas, gosto de pintar panos de prato, fora os serviços de casa que são muitos (ENTREVISTADA 6).

As respostas das mulheres do café orgânico são muito semelhantes, o que muda é que elas acreditam que passaram a ser mais valorizadas pela família depois da criação da COOPFAM e, conseqüentemente do MOBI e do “café feminino”.

Há um tempo atrás não. Mulher não era muito valorizada, ela era, mas eu acho que a partir de um tempo pra cá, eles foi tendo uma outra mentalidade. Ajuda muito, a COOPFAM, ela nos proporciona muito ali, a parte, eu acho de recursos humanos. As pessoas aprendem muito a trabalhar a lidar com pessoas né! E acho, que a partir do momento que você passa a fazer parte, trabalhar, atuar ali, a pessoa tem a visão mais ampla de tudo, passa a visualizar as coisas de maneira diferente (ENTREVISTADA 21).

Considerando que, geralmente, o marido seja o membro da família que recebe o dinheiro pago pela cooperativa na venda do café, essas mulheres foram questionado se elas recebem parte desse dinheiro e se participam das decisões tomadas na propriedade. Na cafeicultura convencional, todas disseram que não recebem separadamente, mas é porque o dinheiro é de todos, da família. Sendo assim, a maioria delas responderam que participam das decisões, a não ser no caso de uma delas que disse que apenas o marido que toma as decisões, porque ela assim prefere. Explica que, como foi ela quem herdou a propriedade e ele veio da cidade, insistiu para que ele aprendesse a trabalhar na roça e administrasse os negócios, o que a deixa satisfeita. Já no caso do café orgânico, como as mulheres são cooperadas individualmente, o recebimento do dinheiro é separado, embora elas considerem que ela não seja delas, mas da família, não deixando, no entanto, de ressaltar a importância de sua autonomia.

Eu vejo a importância de ter essa autonomia financeira. Assim, meio que uma autonomia, não uma autonomia total porque a gente tem os princípios de comunidade, de igreja, então assim a gente não consegue falar de visão se, no entanto, a gente não discute união, que junto a gente é mais forte, que nós estamos numa rede cooperativa. Então não é o nosso idealismo falar de eu, sozinha. Num momento de falar de mulher é eu. No ponto de vista de uma mulher, tem 50 mil vai investir no quê? Pergunta para um homem e



para uma mulher as respostas vão ser diferentes. Aí tem que alinhar, tem que equilibrar porque é uma propriedade da família, é uma família (ENTREVISTADA 24).

Sobre a divisão de tarefas domésticas entre os membros da família das mulheres entrevistadas, no café orgânico ficou evidente que as mulheres recebem maior auxílio de seus cônjuges e filhos (as) do que as do café convencional.

No caso do café convencional, algumas acreditam que são culpadas por acabarem assumindo sozinha os afazeres domésticos porque acham que é de sua responsabilidade. Outras reclamam dessa situação, quando relataram que recebem mais ajuda de seus filhos (as) do que de seus maridos, que assumem as tarefas do lar apenas na ausência feminina. “Eu cobro dos meninos, faço eles cuidarem da casa também, mas, na verdade, a maioria das funções eu assumo porque acabo achando mais prático e porque eles também têm as tarefas da escola. Agora meu marido em casa é o que menos ajuda, mas se precisar ele se vira também” (ENTREVISTADA 9).

Por outro lado, as mulheres do café orgânico acreditam que a divisão das tarefas domésticas se baseia na consciência que seu marido possui em relação à responsabilidade pela organização do lar ou na educação de seus filhos, independentemente de ser menino ou menina. “Sim, meu filho não é porque é menino que não me ajuda com o serviço doméstico não, ele me ajuda. Ele tem 11 anos, por enquanto não trabalha na roça, mas no dia-dia ali dentro de casa nós dividimos as tarefas. Nós temos nosso horário para tudo, até horário para assistir televisão, para comer” (ENTREVISTADA 28).

Para uma reflexão sobre a situação da agricultura familiar no Brasil, a maioria das mulheres da cafeicultura convencional acredita que a agricultura necessita de amparo, reconhecimento e valorização, principalmente das políticas públicas, como se observa nessa fala “Eu acho que o governo tinha que valorizar mais a agricultura, porque o nosso produto não tem o valor devido, e a gente vê que o que está segurando o Brasil é a agricultura” (ENTREVISTADA 7).

As mulheres da cafeicultura orgânica também entendem que a situação da agricultura familiar brasileira carece de políticas públicas específicas, que auxiliem as famílias a planejar melhor suas rendas e investimentos.

É uma tendência acho que cada vez de ser maior no Brasil a agricultura familiar, né? E a valorização do o comércio, em geral, está valorizando muito mais a produção familiar e tem que ser valorizado mesmo porque é uma unidade muito importante, porque a família é a base de tudo. E a



produção que consta a família toda no processo é muito importante. É importante em meio ético, no meio profissional, em todos os aspectos é importante, mas precisa ser mais valorizado (ENTREVISTADA 19).

Em relação à cafeicultura, elas relataram sobre as dificuldades enfrentadas por suas famílias e pela agricultura familiar em geral, ou seja, a relação custo/benefício desse tipo de cultivo agrícola e o que poderia ser feito para melhorar a situação dos cafeicultores, que estão inseridos no contexto do agronegócio.

Se o governo subsidiar um pouco o preço dos defensivos agrícolas já ajudava um pouco. Até para você comprar adubo hoje é um absurdo! E outra coisa que eu acho também: a gente vende nosso café barato, ele vai para outros países. Uma xícara que eles consomem é muito cara. Então, por que o governo não incentiva para gente mandar o café pronto para lá? Não, vai ser vendido o café em grão cru, chega lá eles beneficiam o café e vendem muito caro. Então, quem fica com o lucro? O produtor que não é. E a gente vê realmente que o governo não faz nada, não se importa com o produtor, principalmente, o pequeno, que sofre mais porque seus custos são maiores, ele não tem condições de otimizar toda sua produção (ENTREVISTADA 7).

No que se refere à situação da cafeicultura orgânica, as mulheres acreditam que o incentivo é fundamental para este novo sistema de produção. Como o trabalho é exclusivamente familiar, no processo de venda do café, este quesito deveria pesar e ser bem avaliado, sendo que algumas mulheres acreditam que a família tem mais apoio da COOPFAM do que do governo.

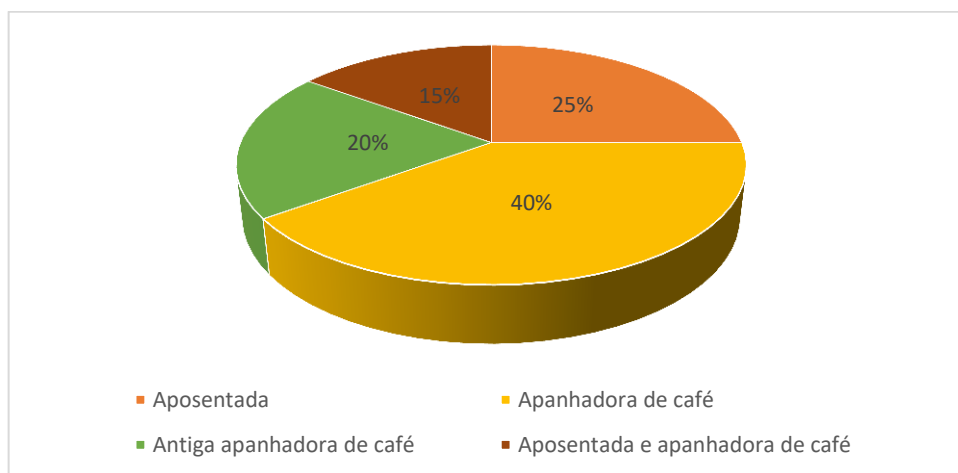
No café que acho que deveria ser mais valorizado. A cooperativa não tem muita coisa para fazer, mas acho que ela ainda poderia melhorar para os cooperados. É uma cooperativa muito transparente. Mas acho que deveria vim mais lá de cima, do governo, e ter uma visão mais focada para a zona rural. E não temos renda mensal, o produtor rural tem renda anual. Então, você tem que sentar e fazer um projeto, pois aquele dinheiro que você vai gastar é o dinheiro do ano. Ali você vai colocar o custo pessoal da casa e mais da metade retorna para a lavoura, e a outra metade tem que passar o ano (ENTREVISTADA 28).

Contudo, analisando especificamente sobre a questão de gênero, ou seja, as diferenças entre homens e mulheres da cafeicultura convencional e da orgânica, encontramos mais semelhanças que diferenças, principalmente nas questões relacionadas ao papel das mulheres dentro de suas respectivas unidades de produção familiar, embora no café orgânico as perspectivas femininas sejam melhores.



Partindo para o caso das apanhadoras de café de Divisa Nova, serão apresentados aqui os resultados das entrevistas com elas e com presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município. A faixa etária dessas mulheres era entre 16 a 70 anos e com relação à atuação delas na colheita de café, os dados mostraram que 40% continuavam nessa atividade, 25% haviam se aposentado, 20% desistiram e passaram a atuar em atividades urbanas e 15% mesmo também sendo aposentadas, continuavam nesse trabalho (gráfico 1).

Gráfico 1: Atuação das mulheres entrevistadas na colheita de café, no município de Divisa Nova-MG (em números percentuais).



Fonte: Trabalho de campo junho/ outubro de 2016.

A maioria das entrevistadas demonstrou satisfação em exercer essa atividade (80%), sobretudo, porque consideram que o período da colheita de café representa um momento de socialização com outros trabalhadores, sendo uma oportunidade de conversar com amigas e amigos. Além disso, o trabalho nos cafezais seria uma forma de se “livrarem” (ainda que por um curto prazo) dos afazeres domésticos e, inclusive, de se esquecerem de problemas particulares e enfermidades, como demonstrado nesses relatos. “Cê sabe que eu gostava de panhar café? Parece que cê esquecia até das doenças. Cê esquecia de tudo. Não achava ruim não, eu gostava muito” (ENTREVISTADA 1). “Serviço de casa enjoa. Nossa, eu amo ir pra roça! A gente parece que “desaparece” muitas coisas. A gente esquece muitas coisas, concentra ali e esquece de tudo. A gente conversa, trabalha com o pessoal né? Muito bom” (ENTREVISTADA 2). No primeiro caso, tratava-se de uma das mulheres aposentadas, de 74 anos, enquanto que no segundo a mulher ainda continuava trabalhando na colheita, apesar de seus 56 anos.



Em contrapartida, cerca de 20% das entrevistadas afirmaram não gostar dessa forma de emprego, o que fez com que elas buscassem novas possibilidades de trabalho no espaço urbano do município.

As mulheres sempre estiveram presentes nas colheitas de café no município, desde o colonato antes mesmo da colheita de café se transformar em uma prática remunerada e individual, como relata uma das entrevistadas:

Cada família tinha sua empreita na fazenda, a quantidade de café que cuidava até a colheita. Era um salário por família. Minha mãe ajudava na lavoura e trabalhava em casa. Eu e minhas irmãs ajudava na lavoura. Gostava de trabalhar lá. Tinha que gostar. Era o único serviço que tinha (ENTREVISTADA 3).

Quando questionadas sobre o destino do salário conquistado na colheita as entrevistadas, principalmente as casadas, evidenciaram que grande parcela do dinheiro é utilizado para acertos de gastos e demais necessidades relacionadas a casa e a família. “Eu já comprei colchão, já dei o dinheiro pro Joel (*marido da entrevistada*) comprar o material da casa, ajudei a pagar o terreno da casa e eu comprei umas coisas para as crianças e pra mim também” (ENTREVISTADA 4). “Compro roupa de cama, faço estoque de alimentação para o ano, a gente paga a compra lá no mercado, e deixa as coisas lá e vai pegando aos poucos. Já comprei móveis com o dinheiro da apanha e também já paguei o imposto da casa” (ENTREVISTADA 3).

A mulher apanhadora de café, após um longo dia de trabalho na lavoura, continua sem a oportunidade de descansar, pois chegando em casa deve realizar os afazeres domésticos, considerados como atividades reprodutivas não geradoras de lucro para o capital, conforme já explicado. Diante dessa jornada dupla de trabalho, o tempo de descanso da mulher passa a ser cada vez mais limitado, uma vez que as atividades domésticas são realizadas em horários extremos (de madrugada ou à noite), fato esse que pode ser confirmado o relato de uma apanhadora aposentada: “Chegava de noite, mas nunca reclamei! Eu chegava de noite e tinha coragem de lavar roupa e limpar a casa” (ENTREVISTADA 5).

Diferente da mulher, o homem, em sua grande maioria, com essa nova estruturação de força de trabalho assalariada, após o dia de serviço, se permite um tempo de repouso. Dessa forma, muita das vezes cabe somente à mulher a realização de tarefas ligadas ao lar, como aparece na fala de uma trabalhadora aposentada: “Ao chegar em casa tinha que fazer todo o serviço sozinha que não era pouco, acordar cedo para fazer o almoço para o meu esposo e



filhos e seguir para a lavoura. Eu cansava muito, cochilava em qualquer lugar. Até mesmo no tanque lavando roupas” (ENTREVISTADA 6).

Em relação às dificuldades enfrentadas por essas mulheres nas lavouras de café, os acidentes de trabalho, a árdua e repetitiva tarefa de subir e descer escadas e o carregamento de sacas cheias de grãos foram evidenciadas por grande maioria das entrevistadas, tanto aposentadas quanto ativas. “Ficar subindo escada para apanhar os ponteiros que eram muito altos e fora os bichos que picavam a gente” (ENTREVISTADA 7). “A dificuldade que tinha era o orvalho cedo no café, a gente resfriava demais. Uma vez eu caí da escada, mas graças a Deus eu não me machuquei, caí de cabeça pra baixo” (ENTREVISTADA 1). “Das maiores dificuldades enfrentadas por mim na lavoura foi o aprender mesmo a colher e ainda carregar os pesados sacos de café até o carreador. Hoje muitas coisas mudaram” (ENTREVISTADA 8). No último relato, a trabalhadora se refere a umas das atividades mais pesadas da colheita de café, além da “apanha”. Após a colheita, homens e mulheres devem empacotar, carregar sacos de café de aproximadamente 60 kg e no final do dia de trabalho levá-los ao fiscal, para a contabilização da quantidade colhida para o pagamento quinzenal ou mensal do trabalho realizado. Com o passar do tempo todo esse esforço físico pode resultar em problemas de saúde irreversíveis, principalmente na coluna vertebral. A figura 1 retrata o trabalho das mulheres nas diferentes etapas da colheita de café.

Figuras 1: Mulheres trabalhando na colheita de café na Fazenda Santa Clara, no município de Divisa Nova- MG.



Fonte: Trabalho de campo, junho/2016 (RAIMUNDO, 2016).

A: Colhendo os grãos no pé de café.

B: Retirando as folhas do café colhido.

C: Carregando a saca de café colhido.



De acordo com as mulheres entrevistadas, ao longo do tempo ocorreram mudanças que vêm favorecendo sua atuação de mulheres trabalhadoras rurais e, de certa forma, igualando o seu trabalho em relação ao masculino, sobretudo as regulamentações trabalhistas no campo, que promoveram grandes mudanças no trabalho agrícola, principalmente, em atividades ligadas à colheita de café. Exemplo disso foi, segundo elas, a inserção de banheiros químicos, de EPI (Equipamento de Proteção Individual) - ainda que não completo -, de transporte mais seguro entre a cidade e os cafezais, um horário estabelecido para o término da jornada de trabalho, a aposentadoria, a carteira de trabalho e acertos ao final de todo o período de safra.

No entanto, apesar dessas mudanças, o trabalho permanece árduo, o que tem levado muitas trabalhadoras rurais do município a buscar empregos na cidade, alegando encontrar condições de trabalho mais leves e favoráveis em termos financeiros. Isso fica claro quando se compara dados dos censos demográficos do IBGE de 2000 e 2010, que mostram que, embora tenha ocorrido uma diminuição da participação de homens e mulheres nas atividades agrícolas no município nesse período, a queda de participação feminina foi maior (9,2%), se comparada com a masculina (5,9%), conforme se observa na tabela 1.

Tabela 1- Comparativo do percentual de pessoas com 16 anos ou mais idade ocupadas em atividades agrícolas e industriais no município de Divisa Nova/MG – entre 2000 e 2010 (%).

Setores	2000		2010	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Agropecuária	56,1	72,9	46,9	67,0
Indústria	2,4	11,0	5,8	11,2

Fonte: IBGE 2000 e 2010.

A redução do trabalho feminino em atividades agrícolas no município se justifica pelo crescimento da oferta de empregos urbanos a partir da abertura de indústrias de confecções na cidade (lingeries, camisetas, enxovais de bebê e calças jeans), entre o período de 2000-2010. Esse tipo de setor industrial costuma contratar mais mulheres do que homens. Dessa forma, o crescimento percentual de atuação de mulheres nesse setor industrial aumentou em 3,4%, ficando em desvantagem a participação masculina, que aumentou apenas 0,2%, nesse mesmo período (figura 2).



Figura 2- Mulheres trabalhando em fábrica de confecção de roupas e enxovais de bebê, em Divisa Nova - MG.



Fonte: Trabalho de campo, fevereiro/2017 (RAIMUNDO, 2016).

Em entrevista, duas sócias de uma confecção, que já foram apanhadoras de café justificaram o motivo de terem abandonado esse tipo de trabalho. “Eu optei mudar de trabalho pra ter uma vida melhor pra a gente, um futuro melhor daqui pra frente. Ainda mais nós que abriu uma empresa de nossa, está empregando mais gente e tá fazendo algo melhor” (ENTREVISTADA 7). “O serviço sofrido, o sol, a chuva, as condições de trabalho difíceis na lavoura me fizeram a começar a procurar serviço na cidade, pra crescer também, porque se eu ficar na lavoura eu vou ficar só naquilo, sem perspectiva alguma, principalmente pra gente que é mais nova” (ENTREVISTADA 9).

Além da indústria, muitas mulheres que abandonam a colheita de café passaram a como empregadas domésticas, diaristas e demais serviços gerais, em Divisa Nova ou em municípios circunvizinhos como Alfenas, como evidencia essa entrevistada: “Na panha de café, cê ganha mais, mas cê sofre mais. E depois que acaba a panha, cê corre o risco de ficar sem serviço o resto do ano, daí eu decidi trabalhar direto em casa de família” (ENTREVISTADA 10).

A mecanização do campo também é um dos motivos que vem ocasionando a diminuição do trabalho da mulher em atividades agrícolas, sobretudo na safra do café. As apanhadoras de café não costumam exercer atividades mecanizadas no campo, sejam maquinários de grande porte ou manuais, essa é uma tarefa exclusivamente exercida por homens, não incluindo grande maioria das trabalhadoras nesta atividade. A mulher quando incluída, é vista apenas como ajudante do marido ou companheiro na colheita, tendo como responsabilidade estender o pano de café ao longo da colheita mecanizada e ensacar os grãos de café, enquanto o homem manobra a colheitadeira manual. Segundo uma dessas



trabalhadoras, “a mulher ajuda o marido a limpar o pano, mas nunca manuseia a maquininha de colher café” (ENTREVISTADA 11).

Além disso, vem ocorrendo no município a diminuição de contratações femininas na colheita de café, principalmente em lavouras de fazendas maiores. Sobre essa questão, o presidente do sindicato rural de trabalhadores e também responsável pela fiscalização de uma fazenda do município explicou que está ocorrendo, pelo fato de

[...] que a mulher que tem filho às vezes precisa ficar falhando e se falha demais, prejudica na produção, lá é mais é homem mesmo. Lá os homens trabalham com a maquininha e com o maquinário pesado. Nem solteira eles empregam. É muito difícil. Poucas mulheres que vai. Durante a panha vai trabalhar, no muito, 5 mulheres, numa turma de 28 pessoas.

Apesar da discriminação e da falta de reconhecimento ao trabalho exercido na lavoura, existe um grupo entre as entrevistadas que prossegue resistente nessa forma de emprego. As mesmas alegam falta de oportunidade e estudo, avanço na idade para se inserirem em outras formas de trabalho ou então pouco tempo para se aposentarem como trabalhadoras rurais. “Eu não pretendo mudar de serviço não, tenho 47 anos já, e está mais perto pra eu aposentar. Se eu mudar de serviço agora, fica mais difícil, né? Só falta mais cinco anos, dá pra aguentar. Não compensa mudar (ENTREVISTADA 13). “A gente tem muito pouca escolha. Eu gosto do que eu faço. E tem mais, a gente tá mais de idade e também hoje eles tão exigindo muito estudo, e isso a gente num tem. A gente estudou quase nada quando nós era pequeno, as coisas eram mais difícil” (ENTREVISTADA 14).

A pesquisa demonstrou que as apanhadoras de café, principalmente as mais jovens (entre 20 e 30 anos) estão cada vez mais influenciadas pela urbanização e relações que se desenvolvem e manifestam nesse espaço. De acordo com as mulheres entrevistadas nessa faixa etária de idade, será no espaço urbano que encontrarão condições mais compensadoras e oportunidades de crescerem profissionalmente. Dessa forma, esse grupo de mulheres está abandonando atividades do campo e migrando para trabalhos urbanos. Já as trabalhadoras rurais entrevistadas (entre 40 a 60 anos), prosseguem resistentes a permanecerem exercendo suas funções na colheita, talvez não por escolha, mas por falta de oportunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres da agricultura familiar produtora de café no Sul de Minas, mesmo exercendo tripla jornada de trabalho (casa, quintais e roçado) ainda consideram que seu



trabalho na agricultura é uma “ajuda” aos maridos que, nem sempre as “ajudam” nos afazeres domésticos. Apesar disso, acreditam que seu trabalho é valorizado pelos maridos, se comparado à situação de suas mães, uma vez que, geralmente participam das decisões na propriedade, principalmente no caso das mulheres do café orgânico, cuja política da cooperativa, de busca por equidade de gênero, vem se refletindo, mesmo que lentamente, nas unidades de produção familiar.

No outro grupo de mulheres pesquisadas, ou seja, as trabalhadoras assalariadas, denominadas “apanhadoras de café”, o trabalho assalariado pode até lhes garantir maior autonomia de decisão com relação ao destino de seu salário que, geralmente, contribui significativamente na renda familiar, além de ser considerado como oportunidade de socialização para mulheres que exercem apenas atividades domésticas durante o restante do ano. No entanto, o trabalho penoso e pouco reconhecido e a redução de empregos na colheita por conta da mecanização, tem tirado postos de trabalho na colheita.

Em suma, as mulheres entrevistadas refletiram e exprimiram a cansativa jornada de trabalho e como esse trabalho árduo mantêm suas respectivas famílias no campo ou na cidade, mesmo que marcados pela forte influência mercantil capitalista que segrega e consome as oportunidades de equidade de gênero, autonomia econômica e inclusão social, estas mulheres continuam resistindo. .

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio acadêmico das agências de fomento Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

REFERÊNCIAS

ALVES, D. F. O Agronegócio do café e a territorialização no Sul de Minas Gerais. *In*: ALVES, D.F.; AZEVEDO, C. S. de. COCA, F. L. E. de. VALE, R. A. do. (org.). **A dimensão política no espaço: Conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea**. Alfenas, Unifal-MG, 2019. p. 306-323. Disponível em: https://www.unifal-mg.edu.br/bibliotecas/system/files/imce/a-dimensao-politica-no-espac3a7o_alves-et-al.pdf. Acesso: 11 ago. 2021.

BOMBARDI, L. M. **O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.



COALIZÃO DO CAFÉ (org.). **Café: vida, produção e trabalho - agricultores familiares e assalariados rurais.** 2004. Disponível em: http://www.observatoriosocial.org.br/download/cafe_maio2004BX.pdf. Acesso: 27 ago. 2021.

DIAS, A. M. S. Família e trabalho na cafeicultura. **Caderno Pesquisa**, São Paulo, n. 37, p. 26-38, mai. 1981. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1593/1582>. Acesso: 30 jun. 2021.

FERREIRA, D. A. O.; HESPANHOL, R. A. M.; SALAMONI, G.. AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS. **REVISTA DA ANPEGE**, v. 12, p. 25-42, 2016. Disponível em: < <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6391/0>> Acesso: 15 set. 2021.

IBGE. Censo Demográfico de 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/divisa-nova/pesquisa/23/22957?detalhes=true>. Acesso em: 12 nov. 2021.

IBGE. Censo Demográfico de 2000. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/divisa-nova/pesquisa/23/22957?detalhes=true>. Acesso em: 12 nov. 2021.

MARTINS, J. de S. **O cativoiro da terra.** 9 ed. São Paulo: Contexto, 2010, [1979].

OSAKABE, E. Caracterização do trabalho feminino no rural brasileiro: In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43, Ribeirão Preto. Anais. Ribeirão Preto: SOBER, 2005 (CD-ROM).

SOUZA, C. A. S.; FREITAS, R. C. S. Gênero, trabalho e migração: lugares de homens e de mulheres na lavoura de café do Sul de Minas Gerais. **Revista UNIABEU**, Belford Roxo, v. 8, n. 18, jan.-abr. 2015. Disponível em: https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/RU/article/view/1864/pdf_180. Acesso: 30 jun. 2021.

VALE, A. R.; CALDERARO, A. P.; FAGUNDES, F. N. A cafeicultura em Minas Gerais: estudo comparativo entre as regiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Sul/Sudoeste. **Campo-Território.** Edição especial do XXI ENGA- 2012, v.9 n. 18, p. 1-23. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/26933/14626>. Acesso: 28 abr. 2021.

VALE, A R.; ARAUJO, L. A.; AMARAL, J. D. F.; LEMOS, T. C. S.; COSTA, T. M. M.; RAIMUNDO, G. A questão de gênero na agricultura familiar no Sul de Minas: buscando comparações entre os sistemas de produção de café convencional e orgânico. In: ALVES, F. D.; AZEVEDO, S. C.; COCA, E. L. F.; VALE A. R. (Org.). A Dimensão política no espaço: conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea. Alfenas MG: Universidade Federal de Alfenas, 2019, p. 324-374. Disponível em: <http://www.unifal g.edu.br/bibliotecas/ebooks>. Acesso em: 26 jul. 2021.

VILELA, P. S.; RUFINO, J. L. S. (Org.) **Caracterização da cafeicultura de montanha de Minas Gerais.** Belo Horizonte: INAES, 2010 (Estudos INAES. Cadeias Produtivas. Café; 1). Disponível em: http://www.sapc.embrapa.br/arquivos/consorcio/livros/livro_cafeicultura_de_montanha.pdf. Acesso: 28 jun. 2021.